

REP. 19/2018

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DEPUTADO FEDERAL
RODRIGO MAIA:

*"Que falta nesta cidade?... Verdade.
Que mais por sua desonra?... Honra.
Falta mais que se lhe ponha?... Vergonha.*

*O demo a viver se exponha,
Por mais que a fama a exalta,
Numa cidade onde falta
Verdade, honra, vergonha.*

*Quem a pôs neste rocrócio?... Negócio.
Quem causa tal perdição?... Ambição.
E no meio desta loucura?... Usura".*

Gregório de Mattos e Guerra
(Salvador/Bahia, 1633-1696).

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL e a REDE SUSTENTABILIDADE – REDE, partidos políticos devidamente registrados no TSE, ambos com sede em Brasília-DF e com representação no Congresso Nacional, por seus respectivos Presidentes Nacionais abaixo subscrito, vêm diante de Vossa Excelência, com fundamento no art. 55, II e §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e do art. 9º, §3º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, ofertar a presente

REPRESENTAÇÃO PARA VERIFICAÇÃO DA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

em face do Senhor Deputado Federal **LÚCIO QUADROS VIEIRA LIMA**, Deputado Federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-BA), pelas razões de fato e de direito adiante expostas:

Secretaria-Geral da Mesa SESP 07/08/2017 11:43
Pontos: 5648 Ass.:
Dr. Isami

Dr. Isami
Deq.

DOS FATOS

No dia 5 de setembro de 2017, a Polícia Federal realizou a maior apreensão de dinheiro vivo da história do Brasil: a Operação Tesouro Perdido, desdobramento da Operação Cui Bono, sobre investigações de fraudes na liberação de créditos da Caixa Econômica Federal, fez ação de busca e apreensão (por ordem do Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal) em um apartamento no bairro da Graça, em Salvador, e localizou R\$ 51 milhões em espécie. Mais precisamente, R\$ 42.643.500,00 (quarenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil e quinhentos reais) e U\$ 2.688.000,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil dólares norte-americanos). A elevada quantia estava guardada em malas e caixas, conforme se vê na foto abaixo, divulgada pela PF.



A PF encontrou impressões digitais do ex-Ministro e ex-Deputado Federal **Geddel Vieira Lima** na superfície de dois sacos plásticos diferentes com notas de dinheiro apreendidas no apartamento, e ainda de **Job Ribeiro Brandão**, que trabalhava como

Secretário Parlamentar no gabinete do Deputado Federal **Lúcio Vieira Lima** (fls. 54-57 da denúncia oferecida pelo MPF, Anexo 01 a esta representação). Ao lado das malas, foi apreendida, ademais, uma fatura bancária em nome de Marinalva Teixeira de Jesus, empregada doméstica de **Lúcio Vieira Lima** (conforme registro no **Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS**). Em depoimento à PF, Marinalva relatou trabalhar e morar na residência de Lúcio (a 1km do apartamento com as malas de dinheiro), e receber correspondências bancárias nesse endereço (fls. 52 e 59 da denúncia do MPF).

O apartamento que servia de depósito dos R\$ 51 milhões pertence a Sílvio Antônio Cabral da Silveira, empresário do ramo da construção civil em Salvador/BA, amigo de Lúcio Vieira Lima. Em seus depoimentos à Polícia Federal, nos dias 05/09/2017 e 14/11/2017, Sílvio relatou que foi procurado por Lúcio, no início de 2016, para emprestar uma unidade no condomínio para guardar pertences do pai, Afrísio Vieira Lima. Os fatos foram confirmados pela administradora do condomínio, Patrícia Santos Queiros, que, em depoimento à PF, declarou ter atendido à ordem de Sílvio, em 2016, para ceder as chaves do apartamento à família Vieira Lima, que utilizou o local para guardar malas e caixas, cujo conteúdo ela desconhecia (fls. 51-53 da denúncia do MPF).

A investigação, sustentada nessas e em outras evidências, demonstrou que o dinheiro fora ocultado no apartamento por Geddel Vieira Lima, Lúcio Vieira Lima e a mãe de ambos, Marluce Vieira Lima; antes disso, até janeiro de 2016, estava guardado num *closet* do apartamento [REDACTED] em Salvador-BA, onde reside Marluce.

1. Os crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa, pelo Deputado Lúcio Vieira Lima

De acordo com denúncia oferecida pela Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, os três membros citados da família Vieira Lima associaram-se em Salvador, desde o ano de 2010 até – comprovadamente – 05/09/2017, para o fim de cometer crimes de ocultação da origem, localização, disposição, movimentação e a propriedade de cifras milionárias de dinheiro vivo proveniente de infrações penais anteriores. **Lúcio Vieira Lima, ora representado**, é um dos denunciados pelo **crime de lavagem de dinheiro** (art. 1º, caput e § 4º da Lei nº 9.613/98, combinado com art. 69 do Código Penal), cometido mediante a **ocultação dos R\$ 51 milhões encontrados no apartamento**, e ainda por meio da **realização de três atos dissimulados de investimento milionário, em dinheiro vivo, em três empreendimentos do mercado imobiliário de alto luxo na capital baiana**. Juntos, segundo a PGR, Geddel, Lúcio e Marluce investiram mais de R\$ 12 milhões em sete ações de lavagem por aporte de dinheiro vivo em sete empreendimentos da COSBAT – Construção e Engenharia, com o uso de pessoas jurídicas interpostas: empresas fantasmas (sem automóveis, imóveis nem empregados), que têm como sócios Geddel (GVL e M&A), Lúcio (Vespesiado) e Marluce. Desse modo, **o ciclo da lavagem de dinheiro avançava da ocultação para a dissimulação e integração do dinheiro sujo**.

Lúcio foi denunciado ainda, assim como Geddel, Marluce, Job Ribeiro Brandão, Gustavo Pedreira do Couto Ferraz, e Luiz Fernando Machado da Costa Filho (que também praticaram os atos de lavagem de dinheiro), pelo crime de **associação criminosa** (art. 288 do Código Penal), uma vez que se associaram para cometer o crime de lavagem de dinheiro.

2. A origem do dinheiro sujo: os crimes de corrupção e peculato

Deve-se ter em mente que esse grande volume de dinheiro sujo tinha origem em três esquemas criminosos, revelados no contexto da Operação Lava Jato. O primeiro relaciona-se ao repasse de aproximadamente R\$ 20 milhões, em espécie, a Geddel Vieira Lima, por Lúcio Funaro, oriundo de uma série de crimes de corrupção praticados na Caixa Econômica Federal – onde Geddel foi Vice-Presidente de Pessoas Jurídicas, de abril de 2011 a dezembro de 2013, com o aval de Eduardo Cunha e Michel Temer.

O segundo grupo de crimes antecedentes ao crime de lavagem de dinheiro dizia respeito ao repasse de R\$ 3.910.000,00 (três milhões, novecentos e dez mil reais) do Grupo Odebrecht aos irmãos Geddel e **Lúcio Quadros Vieira Lima**. O ora representado recebeu ao menos R\$ 1.700.000,00 ilícitos da empreiteira, em 2010 e em 2013, de acordo com a denúncia, em troca de favorecer a tramitação de projetos legislativos de interesse da empresa, na Câmara dos Deputados. Além da colaboração premiada do ex-Diretor da Odebrecht, Claudio Melo Filho, e dos dados constantes do sistema *drousys* da empresa, esse crime é confirmado pelo denunciado Job Ribeiro Brandão, Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados de 1989 até 27/10/2017, sempre nomeado por indicação de parlamentares que integram a família Vieira Lima (primeiro com o pai, o falecido Afrísio Vieira Lima, depois com Geddel, e há anos trabalhava para Lúcio). Ouvido pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em 14/11/2017, Job declarou que fez 5 ou 6 coletas de dinheiro em espécie na sede da Odebrecht, em Salvador/BA, com Maria Lúcia Tavares (Secretária do departamento de propinas da empresa), a pedido de Geddel e Lúcio Vieira Lima (fls. 23 e 24 da denúncia).

Embora esses crimes sejam anteriores ao atual mandato parlamentar de Lúcio

Vieira Lima, devem ser levados em conta como elementos de contextualização, antecedentes do crime de lavagem de dinheiro, que continuou a ser perpetrado até setembro deste ano, quando as milionárias malas de dinheiro foram encontradas no apartamento em Salvador. Observe-se que, **de acordo com análise realizada pelo Banco Central a pedido da Polícia Federal, as cédulas encontradas no apartamento com R\$ 51 milhões em Salvador foram distribuídas pelo Banco do Brasil no período de 2012 a 2015, o que coincide com o período em que Lúcio Funaro relatou ter repassado dinheiro vivo a Geddel Vieira Lima, como propina por atos de corrupção** (fls. 58-59 da denúncia da PGR).

O crime de peculato, que, de acordo com a denúncia do MPF, também originou recursos ilícitos que foram objeto de lavagem de dinheiro, também continuou a ser cometido pelo Deputado Lúcio Vieira Lima durante seu atual mandato de Deputado Federal, conforme se relata abaixo.

2.1 O crime de peculato

O terceiro conjunto de crimes que estava na origem dos milionários recursos ocultados e “lavados” criminosamente por Lúcio, Geddel e Marluce consistia na prática de peculato, mediante apropriação de até 80% das remunerações de ao menos dois Secretários Parlamentares do Deputado Lúcio Vieira Lima: Roberto Suzarte dos Santos e Job Ribeiro Brandão. Job trabalhou como Secretário Parlamentar, no gabinete do representado, até o dia 25/10/2017. Para uma renda líquida de R\$ 10.820,59 (+ R\$ 982,29), ficava somente com R\$ 3.780,00 (cerca de 30%), e entregava aproximadamente R\$ 8.000,00 todos os meses a Lúcio Vieira Lima. Além disso, declarou que jamais exerceu efetivamente as funções de Secretário Parlamentar que lhe correspondiam, de acordo com

o cargo; prestava exclusivamente serviços de interesse pessoal da família Vieira Lima. A PGR estima que Marluce e Lúcio Vieira Lima apropriaram-se (peculato) de mais de R\$ 2 milhões da remuneração dos dois assessores, ao longo dos últimos dez anos.

A denúncia traz, apensados, extratos bancários de Job Ribeiro Brandão, fornecidos por ele, que atestam que, de 2012 a 2017, seu salário depositado pela Câmara dos Deputados era, de modo quase integral, objeto constante de saques e transferências de relativo pequeno valor, sempre abaixo de dez mil reais (o que a PGR aponta como operação estruturada para dificultar a fiscalização do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF). Entre as transferências, constam três, de 2014 a 2016, para a conta de Afrísio de Souza Vieira Lima Filho, irmão de Geddel e Lúcio, atualmente Diretor Legislativo da Câmara dos Deputados, e uma para Camilla Pedrosa Vieira Lima, filha de Afrísio; uma para a conta do próprio Geddel; e uma para a de Cesar Lopes da Cunha, motorista da família. Chamam a atenção, ademais, os diversos saques de pequeno valor (modo de fugir ao controle do COAF) realizados entre os dias 3 e 5 de abril, no valor de R\$ 13.000,00, que Job explica ter repassado a Marluce Vieira Lima.

Ademais, conforme expresso na cota da denúncia da PGR (f. 6-8), as consultas ao portal de transparência da Câmara dos Deputados relativas a outubro e setembro de 2017 não trouxeram nenhum gasto do Representado com escritório de representação parlamentar, o que permite a conclusão de que ele não tem representação física em Salvador, corroborando que os secretários parlamentares baseados na casa de Marluce Vieira Lima, tal como Job Ribeiro Brandão, Milene Pena e Roberto Suzarte, trabalham para a família, não no interesse público. A assinatura de Milene Pena, aliás, consta de vários contratos entre as empresas de Lúcio Vieira Lima e a COSBAT, utilizada no ciclo de lavagem de dinheiro, para dissimular o dinheiro sujo (f. 9 da denúncia).

O Representado cometeu o crime de peculato, portanto, previsto no art. 312 do

Código Penal: “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”. Deve-se ter em vista que o crime de peculato está vinculado aos outros dois: o secretário parlamentar Job Ribeiro Brandão também integrava a associação criminosa, e os recursos obtidos ilicitamente mediante o peculato também eram objeto dos crimes de lavagem de dinheiro.

DO DIREITO

De acordo com a denúncia da Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, o Deputado Lúcio Vieira Lima praticou, durante o exercício do atual mandato parlamentar, os crimes de lavagem de dinheiro, associação criminosa e peculato. Ademais, o dinheiro sujo tinha origem, além do peculato, em graves crimes de corrupção.

As graves denúncias, além de constituírem prática de atividades ilícitas pelo Representado, caracterizam, por si, condutas incompatíveis com a ética e decoro parlamentar. Elas constituem-se em graves violações dos deveres fundamentais dos Deputados (art. 3º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados) e desprestigiam esta Casa e os seus membros, em flagrante prejuízo da já deteriorada imagem do Poder Legislativo Nacional.

A quem exerce mandato parlamentar deve ser especialmente cara a proibição legal de realizar atos e práticas abusivas ou contrárias aos princípios constitucionais da probidade, legalidade, publicidade e moralidade.

Com efeito, o Deputado Lúcio Vieira Lima transgrediu frontalmente os deveres fundamentais que lhe incumbia observar em sua conduta, de acordo